

GÊNERO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DE SÃO PAULO

Cynthia Aparecida Gonçalves¹

Karla Maria Damiano Teixeira²

Resumo: O presente estudo buscou analisar se existem disparidades no âmbito da renda e do nível de instrução entre homens e mulheres no estado de São Paulo. Para tal, utilizou-se os dados da PNAD do ano de 2011. Para tal utilizou-se uma análise exploratória dos dados e ANOVA, o teste Tuckey, teste F, e o teste t de Student. Observou-se que existem diferenças de gênero no que se refere ao nível de instrução. Verificou-se que existem diferenças salariais entre os gêneros, sendo que a renda dos homens foi mais alta que a das mulheres na maior parte dos níveis de instrução.

Palavras-chave: gênero; renda; desigualdades sociais.

Abstract: This study sought to examine whether there are disparities in the context of income and level of education between men and women in the state of São Paulo. To this end, we used data from the PNAD of 2011. For this we used an exploratory data analysis and ANOVA, Tukey's test, F test, and Student's t test. It was observed that there are gender differences in regards to be educated. It was found that there are wage differences between genders, and the income of men was higher than women in most levels of education.

Keywords: gender; income; social inequalities.

Introdução

Com as modificações sociais, políticas e econômicas, as mulheres começaram a ocupar com maior predominância os espaços públicos. Os principais fatores que colaboraram para a inserção feminina no mercado de trabalho foram, principalmente, o aumento do nível de escolaridade, propiciando

1 Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Professora no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Espírito Santo. E-mail: cynthia_goncalves@outlook.com

2 Pós-Doutora em Ecologia Familiar pela Michigan State University. Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: kadamiano@outlook.com..

novas oportunidades de emprego, e a diminuição da taxa de fecundidade (GUIRALDELLI, 2012).

De acordo com Saldanha (2013), a participação feminina no mundo do trabalho tem apresentado muitos avanços nas últimas décadas, apesar de ainda se verificar um forte desequilíbrio entre homens e mulheres no que diz respeito à inserção produtiva, e discriminação na ascensão profissional e renda. Diversas pesquisas sobre o mercado de trabalho demonstram que essa participação diferenciada está relacionada ao paradigma sociocultural construído ao redor dos distintos papéis destinados a homens e mulheres enquanto atores sociais. Baseado nessa perspectiva é de competência masculina o papel de principal provedor da família, conferindo-lhes uma maior participação e rendimento nas atividades produtivas, sendo que as tarefas destinadas às mulheres visam a complementação do orçamento familiar, necessitando conciliar trabalho doméstico e remunerado.

No Brasil, a participação feminina no mundo laboral tem aumentado de forma significativa e constante desde a década de 1970 quando apenas 18% das mulheres trabalhavam (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2014). No ano de 2010, esse número aumentou 48,8% para as mulheres versus 53,2% entre os homens (IBGE, 2010).

Nos anos 1990, ocorreu um importante aumento nos níveis de escolaridade da População Economicamente Ativa (PEA), com um expressivo aumento da porcentagem nos níveis superiores de instrução. A porcentagem de indivíduos com menos de quatro anos de estudo se reduziu de 35 para 24%, com menos de oito anos, modificou-se de 67 para 53%; e, com mais de oito anos, aumentou de 33 para 47% (ABRAMO, 2013).

O mesmo autor enfatiza que em vários estudos e pesquisas as desigualdades de gênero são claramente evidenciadas nos indicadores de mercado de trabalho. No Brasil existem significativas e constantes desigualdades de gênero no âmbito do trabalho, o que deve ser levado em consideração nos processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, especificamente, das políticas de emprego, inclusão social e diminuição da pobreza.

O número de horas de trabalho, que muitas vezes é atrelado ao trabalho

doméstico, constituindo assim a dupla jornada de trabalho da mulher, e a informalidade, são fatores que podem relatar as diferenças de gênero no âmbito das relações de trabalho. Sendo assim, problematiza-se que mesmo no estado que apresenta a maior PEA e o maior número de mulheres inseridas no mercado de trabalho formal, o nível de escolaridade e a renda não impedem que as mulheres sofram discriminação no mercado de trabalho remunerado, uma vez que tal discriminação é culturalmente definida. Nesse sentido, esse trabalho buscou analisar se há disparidades de gênero no mercado de trabalho remunerado, considerando-se a renda e o nível de escolaridade.

Revisão de Literatura

Importantes modificações vêm ocorrendo na estrutura das famílias brasileiras, podendo-se destacar o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e o crescimento do nível de escolaridade das mesmas (HOFFMANN e LEONE, 2004).

Segundo Sorj (2005), essas modificações ocorreram, em grande parte, devido ao movimento feminista, no qual as desigualdades de gênero passaram a ser socialmente deslegitimadas, a exemplo da isenção do exercício do voto feminino, do acesso ao mercado de trabalho e à educação. De acordo com Lima (2004) esse aumento da participação feminina no mundo do trabalho ocorreu especialmente após a segunda Guerra Mundial.

Montali (2006) menciona sobre a importância da participação das mulheres chefes de família no mercado laboral, uma vez que as mesmas passaram a possuir um papel de destaque na composição do orçamento das famílias.

Para Giuberti e Menezes-Filho (2005), mesmo com as conquistas alcançadas pelas mulheres nos espaços sociais, profissionais, culturais e políticos que tradicionalmente eram destinados aos homens, existem grandes diferenças sistemáticas de oportunidades entre os gêneros.

Son e Kakwani (2009) mencionam que, no mundo do trabalho, umas das discriminações mais expressivas é a discriminação por gênero, que ocorre quando indivíduos igualmente produtivos prestam os mesmos serviços ao mercado de

trabalho, porém são tratados de maneira diferenciada devido ao seu gênero. Carvalho *et al.* (2001, p.1) ressaltam que “as diferenças entre os sexos têm sido percebidas através da história, não apenas como diferenças, mas sobretudo como sinais de superioridade do masculino sobre o feminino”.

Ramos *et al.* (2011) afirmam que mesmo com a evolução positiva no passado recente, ainda ocorre reduzido aproveitamento da capacidade de trabalho feminino no mercado laboral do país, na medida em que as taxas das mulheres são bem inferiores que as observadas para os países industrializados, bem como ficam abaixo das reportadas para os homens.

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, apesar de ainda possuir limitações, é um fato que se torna constantemente mais evidente na sociedade contemporânea. A busca pela capacitação e qualificação da mulher e a divisão das responsabilidades pela conservação financeira da família, entre outros fatores, têm permitido a inserção feminina no mercado laboral. Contudo, apesar dos espaços de trabalho conquistados pelas mulheres, elas permanecem submetidas a desigualdades de gênero nas relações de trabalho (ROSADO *et al.*, 2011).

Para Lima (2004) os cargos destinados às mulheres no mundo laboral ainda evidenciam muitas desigualdades. Grande parte dessa população constitui a economia da informalidade e o trabalho em domicílio, caracterizando a dupla jornada.

Souza e Guimarães (2000) enfatizam que, embora exista maior abertura à inserção feminina nas organizações, não são todos os cargos que são disponíveis a elas. Postos de trabalho que necessitam de maior qualificação ou que proporcionam maiores possibilidades de ascensão na carreira, são tomados predominantemente por indivíduos do sexo masculino. Collins e Singh (2006) notaram que o índice de mulheres em cargos de gestão executiva ainda é restrito. Foley *et al.* (2005) mencionam que quando comparados aos homens, as mulheres exibem maior queda no nível de satisfação quando evidenciam discriminação de gênero no local de trabalho.

Dipboye e Colella (2005) observaram que os vieses de gênero são

fomentados pela persistência de preconceitos que, além de moralmente desaprováveis, representam um risco para as organizações a médio e a longo prazos em decorrência das despesas conferidas à rotatividade. Ramos *et al.* (2011) citaram que as mulheres oriundas de famílias em condições socioeconômicas mais adversas passam por maiores dificuldades no acesso ao mercado de trabalho. Para Son e Kakwani (2009), a discriminação no mercado laboral se refere às práticas que acarretam prejuízos e desvantagens a um indivíduo ou a um grupo, isto é, diz respeito às condutas que interferem de forma negativa nos direitos das pessoas baseados em motivos ausentes de justificação.

Cambota e Pontes (2007) abordaram que ocorre a segregação ocupacional pelo fato de as mulheres, geralmente, assumirem cargos de trabalho com menor qualificação e mais mal remunerados do que os homens. Para Guiraldelli (2012), a segregação ocupacional perpetua-se perante uma sociedade sexista e patriarcal, que rotula as mulheres como força de trabalho de elevado custo e complementar, levando em consideração a questão da maternidade e da reprodução. De tal modo, observa-se que a reestruturação produtiva apresentou implicações e efeitos diferenciados entre o masculino e o feminino, não transformando, expressivamente, a divisão sexual do trabalho, visto que as mulheres permanecem em posições desvantajosas.

De acordo com Son e Kakwani (2009), a segregação ocupacional diz respeito às diferentes escolhas profissionais e acadêmicas feitas por homens e mulheres. Durante o período escolar, meninos e meninas evidenciam afinidades em disciplinas distintas, sendo que aquelas escolhidas pelos meninos os direcionam às profissões mais bem pagas.

Bruschini (2007) enfatiza que em todas as situações pesquisadas e analisadas em seu estudo, mesmo quando havia condições semelhantes entre os sexos, como a jornada de trabalho, nível de escolaridade, dentre outras, as diversas dimensões das desigualdades de gênero se revelam nas relações ocupacionais. Nesse sentido as mulheres continuam em maior número em cargos costumeiramente femininos, cursando graduações mais voltadas para as ciências sociais, com desemprego mais alto em relação aos homens.

A desqualificação do trabalho das mulheres e depreciação de seus cargos constitui uma situação de segregação ocupacional para as trabalhadoras, uma vez que ocasionam ampla concentração de mão de obra feminina em postos de trabalho mal recompensados, possuindo uma organização rígida, repetitiva, em ambientes de execução precários (SOARES, 1998).

Abramo (2013) chama a atenção para a ampla proporção de cargos ocupados pelas mulheres que se concentram nos contextos mais precários do mundo de trabalho, como exemplo, as trabalhadoras por conta própria, exceto as profissionais ou técnicas, as atividades domésticas e trabalhos destituídos de remuneração. O autor cita que a proporção feminina que trabalham isenta de remuneração, ou que está ocupada nas atividades domésticas, constituem um terço das trabalhadoras. Para Kergoat (1989), a lógica da qualificação atende ao fluxo do emprego repetindo as pertinências de gênero. As dificuldades em conseguir melhores postos profissionais causam o confinamento da mulher nesses cargos precários.

De acordo com Brito e Oliveira (1997), no mercado de trabalho o escasso reconhecimento do trabalho feminino e suas qualificações se anunciam na sobrecarga dos afazeres domésticos, que agravam a feminização da pobreza. Esse fato origina muitos agravos particulares, em especial à saúde feminina, que atinge também aos que dependem de suas ações e seus cuidados como crianças e idosos, aumentando a intensidade e gravidade de seus impactos sociais.

Perante tal conjuntura, percebe-se que atualmente no mercado laboral, se estabelecem tempos de preconceitos sexuais nas relações de produção.

Metodologia

Essa pesquisa se caracterizou como exploratório-descritiva. De acordo com Gil (1996), as pesquisas exploratórias possuem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, e as pesquisas descritivas visam à descrição das características dos fenômenos, população ou, o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Trabalhou-se com a análise e descrição de dados secundários extraídos da base

de dados da PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao estado de São Paulo no ano de 2011. Dentre as variáveis analisadas, estudou-se o nível de escolaridade, número de horas trabalhadas por semana, e rendimento mensal de homens e mulheres com idade entre 18 a 60 anos.

Os dados foram extraídos com o auxílio do software *Stata 11.0*. Durante o procedimento, os dados foram tratados enquanto uma base de dados complexa. Em seguida, foram transpostos para o software *SPSS 20.0*, onde se realizou a descrição das variáveis de acordo com dicionários fornecidos pela PNAD. Por fim, realizou-se a retirada de valores considerados como extremamente discrepantes e de casos que possuíam informações incompletas.

Após esses procedimentos, obteve-se uma amostra de 14.970 observações, sendo que 8.504 dos indivíduos eram do sexo masculino e 6.466, feminino

Para verificar se existia influência do sexo, grau de instrução e interação de ambos foi realizada uma ANOVA; para constatar as diferenças entre as médias de rendimentos em função do sexo para cada grau de instrução foi utilizado o teste Tuckey; para verificar diferenças entre médias de rendimentos em função do grau de instrução para cada sexo foi realizado o teste F; e para comprovar se havia diferenças entre a média de horas trabalhadas por homens e mulheres foi realizado o teste t de Student.

O teste Tuckey é o teste mais utilizado para a comparação das médias de tratamentos, sendo tomadas duas a duas. O teste consiste em comparar, para cada comparação entre as duas médias, a diferença entre elas com a diferença mínima significativa (DMS). O teste será significativo e as duas médias consideradas estatisticamente diferentes se a diferença for maior que a DMS (LIMA, 2013). De acordo com Ribeiro *et al.* (2010), o teste de Tukey é muito rigoroso no sentido de evidenciar diferenças significativas. Esse teste é utilizado quando se desejam informações preliminares sobre as diferenças entre os efeitos dos níveis de um fator.

Outro teste empregado diz respeito ao teste t, que de acordo com Hair Junior *et al.* (2005), pode ser utilizado para testar uma hipótese que estabelece que

as médias das variáveis associadas com duas amostras ou grupos independentes serão idênticas. O teste mede se as diferenças observadas entre as médias de duas amostras aconteceram por acaso ou se existiu diferença verdadeira.

Resultados

Visando compreender a influencia das variáveis sexo, grau de instrução e interação das duas variáveis, foi realizada uma ANOVA. No que se refere à renda média entre os sexos foram estabelecidas as seguintes hipóteses: H_0 a renda média dos homens é igual à renda média das mulheres; H_1 : a renda média dos homens é diferente da renda média das mulheres.

No que diz respeito ao nível de instrução, abordado entre o nível primário até o doutorado, analisou-se as hipóteses: H_0 a renda média entre todos os graus de instrução são iguais; H_1 : pelo menos uma renda média é diferente das demais.

No que tange a interação entre o sexo e o nível de instrução, foram definidas as seguintes hipóteses: H_0 não existe interação entre as variáveis sexo e nível de escolaridade; H_1 : existe interação entre as variáveis sexo e nível de escolaridade.

Tabela 1: ANOVA sobre a influência do sexo, grau de interação de ambos

Dependent Variable: Renda e Trabalho

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	17478648362,948 ^a	17	1028155786,056	184,110	,000
Intercept	12239921676,094	1	12239921676,094	2191,776	,000
Sexo	699901055,709	1	699901055,709	125,330	,000
instruç	15289998868,174	8	1911249858,522	342,243	,000
Sexo * instruç	709819710,276	8	88727463,784	15,888	,000
Error	83499097163,695	14952	5584476,803		
Total	143469382093,000	14970			
Corrected Total	100977745526,643	14969			

a. R Squared = ,173 (Adjusted R Squared = ,172)

Fonte: Elaboração própria (2017).

Por meio do teste de ANOVA, percebe-se que todas as variáveis foram significativas, apresentando o Sig. 0,000, menor que 0,05 ou 5%, atingindo a área da região crítica, sendo assim, rejeitou-se a hipótese H_0 , ou seja, pode-se afirmar que existem diferenças do sexo no nível de instrução e vice-versa, o que torna necessário o desdobramento das próximas análises.

Tabela 2: Teste de F em cada nível de instrução

		Univariate Tests				
		Dependent Variable: Renda e Trabalho				
Nível de Instrução		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Elementar (primário)	Contrast	50590372,830	1	50590372,830	9,059	,003
	Error	83499097163,695	14952	5584476,803		
Médio 1º ciclo (ginasial, etc.)	Contrast	40932849,331	1	40932849,331	7,330	,007
	Error	83499097163,695	14952	5584476,803		
Médio 2º ciclo (científico, clássico, etc.)	Contrast	21570374,460	1	21570374,460	3,863	,049
	Error	83499097163,695	14952	5584476,803		
Regular do ensino fundamental ou do 1º grau	Contrast	192811901,103	1	192811901,103	34,526	,000
	Error	83499097163,695	14952	5584476,803		
Regular do ensino médio ou do 2º grau	Contrast	520747423,511	1	520747423,511	93,249	,000
	Error	83499097163,695	14952	5584476,803		
Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	Contrast	13239601,108	1	13239601,108	2,371	,124
	Error	83499097163,695	14952	5584476,803		
Educação de jovens e adultos ou supletivo de ensino médio ou do 2º grau	Contrast	42532577,823	1	42532577,823	7,616	,006
	Error	83499097163,695	14952	5584476,803		
Superior - graduação	Contrast	1622033653,366	1	1622033653,366	290,454	,000
	Error	83499097163,695	14952	5584476,803		
Mestrado ou doutorado	Contrast	407869153,516	1	407869153,516	73,036	,000
	Error	83499097163,695	14952	5584476,803		

Each F tests the simple effects of Sexo within each level combination of the other effects shown. These tests are based on the linearly independent pairwise comparisons among the estimated marginal means.

Fonte: Elaboração Própria (2017).

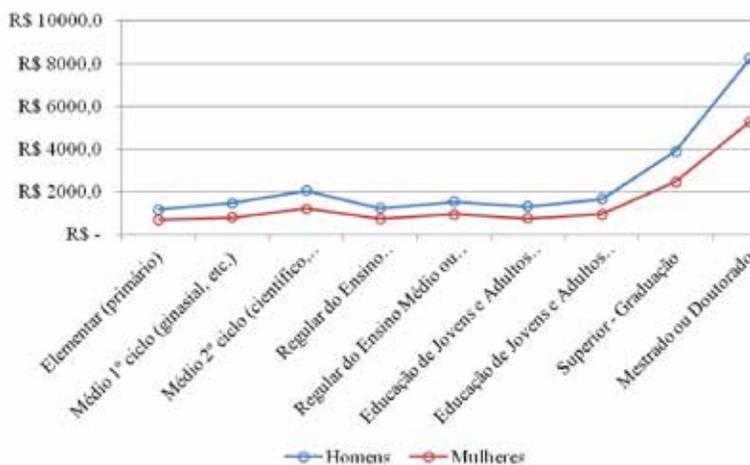
Em todos os níveis de instrução, exceto no nível de educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau, percebe-se que existem diferenças salariais entre homens e mulheres, com Sig. menor que 0,05, os resultados apresentaram significância. O referido nível de ensino é caracterizado pelo diferencial da aceleração, pois o tempo previsto para a conclusão de um grau de ensino é, no mínimo, a metade do estipulado para o sistema regular, além de geralmente não possuir aulas presenciais (JOIA e RIBEIRO, 2001).

Segundo Son e Kakwani (2009), a diferença da renda dos homens e das mulheres é um fenômeno mundial, e muitos fatores favorecem essa disparidade salarial por gênero, como por exemplo, a segregação ocupacional e a discriminação no mercado de trabalho. No que se refere a essa desigualdade, Martin (2000) sistematizou os resultados de 14 pesquisas e concluiu que as mulheres são segregadas em termos ocupacionais, uma vez que são avaliadas de maneira injusta e possuem, em cargos idênticos remuneração inferior à dos homens. Roth (2007) reforça enfatizando que existe a discriminação salarial, uma vez que os homens tendem a receber remuneração mais alta que a das mulheres nas mesmas ocupações.

Em um estudo desenvolvido por Fontoura e Gonzalez (2009), em 2008, foram constatados que os homens recebiam, em média, R\$1.070,00, enquanto as mulheres ganhavam R\$700,00, isto é, 65% do rendimento dos homens. Os mesmos autores mencionaram que essa diferença é, ainda, maior na área rural, onde as mulheres recebiam apenas 38% do que embolsavam os homens.

No Brasil, homens e mulheres tendem a trabalhar em setores distintos da economia, ocorrendo segregação ocupacional e diferenças da renda. O mercado laboral do país pode estar impedindo que mulheres ocupem cargos de maior remuneração e, portanto, cooperando assim para o aumento do grau de pobreza (CAMBOTA e PONTES, 2007).

Gráfico 1: Renda em todos os níveis de instrução para homens e mulheres



Fonte: Elaboração Própria (2017).

Tabela 3: Teste de Tukey para nível de instrução e renda de homens e mulheres

Nível de Instrução	Média Mulheres	Média Homens	Mean Difference (I-J)	Diferença média %
Elementar (primário)	704,89	1.182,11	477,217*	68%
Médio 1º ciclo (ginásial, etc.)	802,47	1.491,94	689,474*	86%
Médio 2º ciclo (científico, clássico, etc.)	1.222,18	2.060,79	838,609*	69%
Regular do Ensino Fundamental ou do 1º grau	741,55	1.233,61	492,067*	66%
Regular do Ensino Médio ou do 2º grau	965,69	1.547,98	582,292*	60%
Educação de Jovens e Adultos ou Supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º grau	769,30	1.339,94	570,638	74%
Educação de Jovens e Adultos ou Supletivo de Ensino Médio ou do 2º grau	972,58	1.669,52	696,936*	72%
Superior - Graduação	2.474,71	3.909,82	1.435,106*	58%
Mestrado ou Doutorado	5.284,43	8.262,83	2.978,408*	56%

*. The mean difference is significant at the ,05 level.

Fonte: Elaboração Própria (2017).

A renda média de homens e mulheres com níveis de escolaridade entre Elementar, Médio 1º ciclo, Médio 2º ciclo, Regular do Ensino Fundamental, Regular do Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos do 1º grau, Educação de Jovens e Adultos do 2º grau, apresentaram baixa variação, com o mínimo de R\$704,89 e máximo de R\$2060,79. Observou-se que nesses níveis educacionais existe uma maior concentração de homens. Entretanto, no que tange aos níveis superiores a estes, ocorreu a predominância das mulheres e a renda média de graduação para mestrado e doutorado apresentou um aumento monetário maior quando comparado com os demais, variando entre R\$ 2.474,71 a R\$ 8.262,83 reais.

Tabela 4: Teste de Tukey sobre o nível de instrução e renda de homens e mulheres

Nível de instrução	Homens		Mulheres**	
	N	Média	N	Média
Elementar (primário)	575	1182,11 ^a	362	704,89 ^a
Regular do Ensino Fundamental ou do 1º grau	2158	1233,61 ^a	1262	741,55 ^a
Educação de jovens e Adultos ou Supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º grau	97	1339,94 ^{ab}	70	769,30 ^a
Médio 1º ciclo (ginsial, etc.)	212	1491,94 ^{ab}	145	802,47 ^a
Regular do Ensino Médio ou do 2º grau	3569	1547,98 ^{ab}	2696	965,69 ^a
Educação de jovens e Adultos ou Supletivo de Ensino Médio ou do 2º grau	198	1669,52 ^{ab}	157	972,58 ^a
Médio 2º Ciclo (científico, clássico, etc.)	82	2060,79 ^b	49	1222,18 ^a
Superior - Graduação	1523	3909,82 ^c	1631	2474,71 ^b
Mestrado ou doutorado	90	8262,83 ^d	94	5284,43 ^c

* Médias seguidas pela mesma letra, nas colunas, dentro de cada variedade, não diferem entre si pelo teste de Tukey, a 5% de probabilidade.

Fonte: Elaboração Própria (2017).

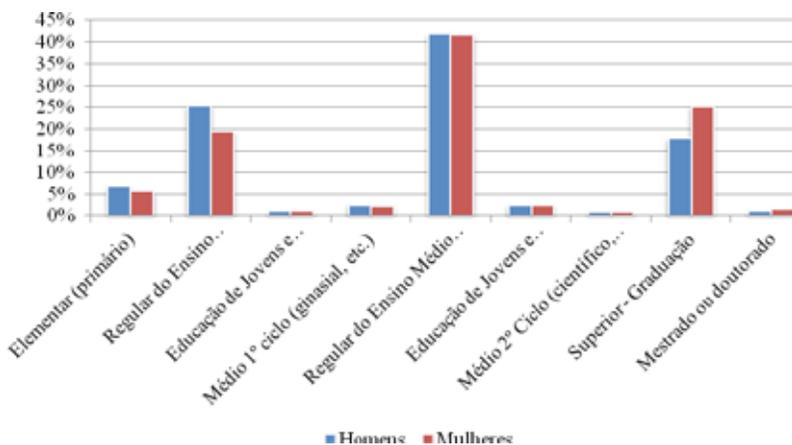
No Brasil existem aproximadamente meio milhão a mais de mulheres do que de homens, sendo que em 2004, 63% dos diplomas foram destinados às primeiras, e a cada 100 alunos matriculados em universidades do país, 56 eram do sexo feminino. As mulheres também ocupam maior número de vagas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado (SEKEFF, 2013).

Nos estudos de Saldanha (2013) e Lima (2004), foram retratados que as mulheres apresentam maiores níveis de escolaridade em relação aos homens. As

informações das pesquisas da Fundação João Pinheiro (2013) reforçam esses dados, pois evidenciam que o grau de escolaridade das mulheres em 2011 era maior que os homens (7,1 contra 6,7 anos de estudos diferença), enfatizando que a diferença no gênero é maior nos níveis mais baixos de estudos, onde somente 12,5% das mulheres sem instrução trabalhavam, enquanto para os homens era de 44,3%. Das mulheres que possuíam ensino superior, 75% se encontravam no mercado laboral, contra 84% dos homens. Essa diferença foi observada em todos os níveis de ocupação. As mulheres analfabetas recebiam aproximadamente 32,2% a menos que os homens com mesma condição educacional.

Em 2010, aproximadamente metade da população do país (49,3%) com 25 anos ou mais de idade eram ausentes de instrução ou possuíam o ensino fundamental incompleto. Em 2000, 64% dos brasileiros com pelo menos 25 anos tinham nível de instrução parecido. No ano de 2000, havia cerca de 6,8% de indivíduos com curso superior completo e, em 2010 esse número passou para 10,8%. Aumentou-se o número de brasileiros com o ensino médio completo ou o superior incompleto, 16,4% do total, em 2000, para 25% em 2010. No que se refere ao curso superior, 10,8% dos indivíduos possuíam diploma em 2010 sendo que, em 2000, essa proporção era de 6,8% (IBGE, 2010).

Gráfico 2: Proporção de homens de mulheres em função do grau de instrução



Fonte: Elaboração Própria (2017).

Utilizou-se o teste t de Student com o propósito de identificar a existência de diferenças estatisticamente significativas dos grupos estudados, homens e mulheres, através da variável independente sexo e dependente, horas trabalhadas por semana. Os resultados demonstram que os homens trabalham cerca de 4,85 horas a mais por semana quando comparados às mulheres, apontando que eles trabalham 44,30 horas por semana e elas, 39,45 horas.

Tabela 5: Teste t para horas totais trabalhadas por homens e mulheres na semana

Horas trabalhadas por semana				
Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Masculino	8504	44,30	10,361	,112
Feminino	6466	39,45	11,783	,147

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Tabela 6: Teste t para horas totais trabalhadas por homens e mulheres na semana

	Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means				
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference
Equal variances assumed	109,558	,000	26,742	14968	,000	4,853	,181
Equal variances not assumed			26,280	1290,982	,000	4,853	,185

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Por meio da análise do teste t, observou-se que existem diferenças por gênero nas horas trabalhadas, pois o nível de significância foi de 0,000, menor que 0,05. Este fato vem ao encontro das pesquisas realizadas pela OIT (2013), onde

os números relativos ao ano de 2009, demonstraram que os homens trabalham, em média, 43,4 horas por semana no mercado de trabalho e as mulheres, 36 horas. Em outra pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos, observou-se que os homens que possuíam emprego de tempo integral, ou seja, 40 horas por semana, trabalhavam um pouco a mais que as mulheres, perfazendo 8,46 horas diárias contra 7,87. Vale resaltar que os indivíduos que não fizeram curso superior trabalhavam mais horas (7,97) por dia do que as que concluíram uma faculdade (7,57) (OLIVEIRA, 2013). Na pesquisa realizada por Abramo (2013), as mulheres recebiam, em média, 79% da remuneração média dos homens por hora trabalhada, isto é, 21% a menos.

De acordo com Bruschini (2007), no que se refere à discriminação de rendimentos, a autora destacou que as mais baixas remunerações recebidas pelas mulheres, quando confrontadas com as dos homens, eram reafirmadas quando se consideravam os setores econômicos, as horas trabalhadas, a ocupação e os anos de estudo.

Conclusão

A sociedade brasileira vem passando por modificações, dentre elas o aumento da escolaridade da população, o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho e a elevação da renda.

O nível de instrução é diferenciado para homens e mulheres, sendo que estas possuem mais anos de estudos quando comparadas aos homens, além de ocuparem o maior número de vagas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Verificou-se que existem diferenças salariais entre homens e mulheres, sendo a renda dos primeiros mais alta do que a das segundas na maior parte dos níveis de instrução. Os resultados demonstram também que os homens trabalham mais horas semanais do que as mulheres no mercado de trabalho.

Diante do que foi apresentado, pode-se compreender que a desigual distribuição ocupacional segundo o gênero no mercado de trabalho possui grandes implicações na distribuição de renda, comprometendo, assim, todos os indivíduos. Analisar de forma precisa e sistemática esses indicadores e sua evolução é uma necessidade para a construção de políticas e estratégias direcionadas para alteração desse quadro. Isso porque as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho são fortemente marcadas pelo gênero e este estabelece limitações às mulheres

em ocupar cargos de trabalho de maior prestígio social, restringindo suas possibilidades de mobilidade e ascensão, além de enfatizar a desigualdade de remunerações entre o masculino e o feminino.

Diante desse contexto, ampliar as informações sobre os empecilhos para uma inclusão mais igualitária feminina no mercado do trabalho é um aspecto essencial das políticas que necessitam estar direcionadas para a superação dessas dessemelhanças. A integração das dimensões de gênero à análise e pesquisa do mercado laboral auxilia a compreender os problemas vivenciados pelas mulheres e os fatores que os levam a ocorrer, além de perceber de forma mais aprofundada, como ocorre o funcionamento do mercado de trabalho em sua totalidade, bem como a dinâmica de produção e reprodução das diferenças sociais no país.

Referências

ABRAMO, I. *Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro*. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a20v58n4.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, 2007.

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. *Mulheres, trabalho e família*. Difusão de Ideias. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/difusaoideias/pdf/materia_mulheres_trabalho_e_familia.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

BRITO, J.; OLIVEIRA, S. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, J. F.; JARDIM, S. (Orgs.). *A danação do trabalho – organização do trabalho e sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Te Cora, 1997.

CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. Desigualdade de rendimentos por gênero intraocupações no Brasil, em 2004. *Revista Economia Contemporânea*, v. 11, n. 2, 2007.

CARVALHO, M. P. F. S.; CARVALHO, J. L. F. S.; CARVALHO, F. A. A. *O ponto de vista feminino na reflexão ética: histórico e implicações para a teoria de organizações*. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em administração, 25., 2001, Campinas. Anais... Campinas: Anpad, 2001.

COLLINS, J.; SINGH, V. Exploring gendered leadership. In: McTAVISH, D.;

MILLER, K. (Ed.) *Women in leadership and management*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2006.

DIPBOYE, R. L.; COLELLA, A. *Discrimination at work: the psychological and organizational basis*. Mahwah, NJ: Society for Industrial and Organizational Psychology (SIOP) / Lawrence Erlbaum Associates, 2005.

KERGOAT, D. Da divisão do trabalho entre os sexos. *Tempo Social*, v.1, n.2, 1989.

FOLEY, S.; NGO, H.; WONG, A. Perceptions of discrimination and justice: are there gender differences in outcomes? *Group & Organization Management*, v.30, n.4, 2005.

OLIVEIRA, J. Nos EUA, homens trabalham mais horas do que mulheres. *Jornal Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://classificados.folha.uol.com.br/empregos/2013/07/1316263-nos-eua-homens-trabalham-mais-horas-do-que-mulheres.shtml>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

FONTOURA, N. O.; GONZALEZ, R. *Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade*. Boletim Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA, n. 41, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho*. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/banco-de-noticias/35-fjp-na-midia/2200-04072013-estudo-avalia-diferencas-entre-homens-emulh-e-es-no-mercado-de-trabalho-de-minas>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 162 p.

GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. *Revista de Economia Aplicada*, v. 9, n. 3, 2005.

GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, 2012.

HAIR JUNIOR, J. F. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Trad. por Adonai S. Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, v. 14, n. 2, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais* – 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminios/sinteseindicisociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2013.

----- *Censo 2010: as mulheres são mais instruídas que os homens e ampliam nível de ocupação*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2296&busca=1>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

JOIA, M. C. P. O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

LIMA, M. E. B. A dimensão do trabalho e da cidadania das mulheres no mercado globalizado. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E. B.; SOARES, V. (Orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

LIMA, P. C.; LIMA, R. R. *Estatística Experimental: guia de estudos*. CEAD – UFLA. Disponível em: <<http://www.dex.ufla.br/images/stories/File/Paulo/GUIA%20DE%20ESTUDOS%20vers%C3%A3o%20em%20revis%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

MARTIN, J. Hidden gendered assumptions in mainstream organizational theory and research. *Journal of Management Inquiry*, v.9, n.2, 2000.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 23, 2006.

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Jornada de trabalho de homens e mulheres*. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/search/apachesolrsearch/horas%20trabalho%20homem%20e%20mulher>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). *Síntese de indicadores sociais* – 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>>. Acesso em: 01 jan.2016.

RAMOS, L; ÁGUAS, M. F. F.; FURTADO, L. M. S. Participação feminina na força de trabalho metropolitana: o papel do status socioeconômico das famílias. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 4, 2011.

RIBEIRO, J. I.; SANTOS, N. T.; FILHO, S. M. *Estatística Experimental*. Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Estatística, Notas da aula,

apostila, 2010.

ROSADO, A. P. N.; TAVARES, V. O.; FERREIRA, M. A. M.; SILVA, A. A. P.; TEIXEIRA, K. M. D. T. Disparidades de gênero nas relações de trabalho no Brasil nos anos de 2007 e 2008. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, v. 22, n.2, 2011.

ROTH, L.M. Women on Wall Street: despite diversity measures, Wall Street remains vulnerable to sex discrimination charges. *Academy of Management Perspectives*, v.21, n.1, 2007.

SALDANHA, R. C. *Desigualdade de gênero no mercado de trabalho da sociedade da Informação*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_973.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2013.

SEKEFF, G. Com diploma e sem marido: as brasileiras têm mais anos de estudo que os homens. As estatísticas mostram que essa vantagem estimula a solteirice. *Revista Veja*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2006/p_034.html>. Acesso em: 01 nov. 2013.

SHAFFER, M.A.; TONG, K.; JOPLIN, J.R.W.; BELL, M.P.; LAU, T.; OGUZ, C. Gender discrimination and job-related outcomes: a cross-cultural comparison of working women in the United States and China. *Journal of Vocational Behavior*, v.57, n.3, 2000.

SOARES, A. Automação, (des) qualificação e emoção nos paraísos de consumo. *Cadernos Pagu*, v.10, 1998.

SON, H. H.; KAKWANI, N. *Diferenças salariais por gênero ao longo da vida laboral*. Centro Internacional de Pobreza, n. 20, 2008. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCOnePager20.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAUJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SOUZA, A. E.; GUIMARÃES, V. N. *Gênero no espaço fabril*. In: Enanpad, 24. Anais... Florianópolis, 2000.

Recebido em novembro de 2016

Aceito em novembro de 2017